

Incontrolabilidade do capital: o problema do complexo militar-industrial

Capital uncontrollability: the problem of the military- industrial complex

Igor Soares Oliveira *

Matheus Batista Ferreira Eugenio **

Resumo

A partir de *O Capital* de Marx é possível defender que o capital possui uma lógica que está fora do controle dos indivíduos. Se isso é verdadeiro, pode-se também defender que as grandes corporações, e todas as mazelas sociais e ambientais que geram, estão fora do controle dos indivíduos, inclusive de seus próprios dirigentes. Esse “caráter incontrolável do capital”, como nomeado por João Leonardo Medeiros, pode ser identificado na estrutura das grandes corporações. Nesse sentido, o objetivo do artigo é aplicar a tese do caráter incontrolável do capital para o caso específico do complexo industrial-militar dos EUA, defendendo a ideia de que uma regulação social não é possível dentro do sistema capitalista.

Palavras chave: crise do fordismo; capitalismo contemporâneo; militarismo; complexo militar-industrial.

Abstract

From Marx's *Capital*, it is possible to argue that capital's logic is beyond individuals control. If this is true, large corporations and all the social and environmental ills they generate are beyond the control of individuals, including their own leaders. This "uncontrollable character of capital," as named by Leonardo Medeiros, can be identified in the structure of large corporations. In this way, the objective of this article is to apply the thesis of the uncontrollable character of capital to the specific case of the US military industrial complex, which appears as a response to the crisis of the 1970s, defending the idea that social regulation is impossible within capitalism.

Keywords: fordism crisis; contemporary capitalismo; militarism; military-industrial complex.

* Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense – Polo Campos dos Goytacazes.

** Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense – Polo Campos dos Goytacazes. Contribuiu, na condição de orientador deste trabalho, o Prof. Rodrigo Delpupo Monfardini (UFF).

Aproveitamos para agradecer os comentários do Prof. Leonardo de Magalhães Leite (UFF), que auxiliaram na elaboração desse artigo.

Crise do fordismo e reestruturação do capitalismo – uma análise a luz da escola francesa da regulação

A primeira metade do século XX conta com uma grande revolução no modo de produção industrial de maneira global: o fordismo. Seu caráter vanguardista e eficiente fez com que o modelo fosse apropriado em outros ramos industriais, assim, não sendo restrita sua atuação somente no setor automobilístico. Para Marcos Kazuo Matsushima (2015), “o que representou uma grande transformação em sua estrutura foi a possibilidade, especialmente no período após a Segunda Guerra Mundial, de sua expansão nos países da periferia do sistema capitalista.” Nesse sentido, o professor Matsushima está falando sobre algo que Lipietz (1986) já havia constatado. Para o economista francês, a divisão internacional do trabalho que se dá nesse momento pós-guerra é responsável por estruturar modos de acumulação fundados em capitais externos, especialmente na América Latina. Esse processo se deu de maneira coordenada e direcionada, já que a orientação, nas palavras do professor Matsushima (2015), era de “substituição de produtos industrializados importados dos países desenvolvidos”

O sucesso industrial e os ganhos desse sucesso formaram um suporte que permitiu o grande crescimento do fordismo enquanto modelo de desenvolvimento. Para Lipietz (1988):

O fordismo como modelo de industrialização teve um sucesso tal que engendrou ganhos de produtividade aparente (combinação dos ganhos de produtividade no senso estrito e dos ganhos de intensidade) sem precedente na história mundial. Tais ganhos foram a base (mas não a condição suficiente) do crescimento na “idade de ouro” do fordismo. (LIPIETZ E LEBORGNE, 1988, p. 13).

Um grande trunfo do fordismo foi algo que apareceu como uma grande inovação no período pós-guerra. Essa inovação consistiu, para Lipietz (1988) “em contrabalancear o crescimento da produtividade nos ramos de bem de consumo por um crescimento quase igual do poder aquisitivo.” Em outras palavras, era nesse sentido que a lei de Say, por mais que tenha sido mal formulada, se verificava no fordismo. Os ganhos de produtividade eram repassados aos trabalhadores na forma de poder aquisitivo adicional. Ou seja, os salários

acompanhavam os ganhos da produtividade, podendo então assim dizer que a oferta concebia sua própria demanda. Lipietz (1988) aponta como “um crescimento estável, universalmente previsível e antecipado, estendido a todos os setores da população, mas antes e principalmente aos assalariados. ” Nesse sentido, a evolução do salário direto se dava de acordo com o crescimento da produtividade e dos preços.

Essa característica inovadora do fordismo possuía, porém, uma dualidade na perspectiva do capitalista. Ao mesmo tempo que encorajava as empresas mais produtivas a expansão dos investimentos de capacidade, a elevação geral dos salários também se apresentava enquanto uma restrição que obrigava as outras empresas a realizarem investimentos de produtividade. Sendo assim, por conta de que algo que Lipietz chama de “convenções coletivas de caráter obrigatório” foi que os salários passaram por um processo de acentuação da rigidez. O fordismo apresenta então, partindo da análise da dualidade citada, a expressão do endemismo do capital, já que as bases que garantem os ganhos do modelo dão início a um processo de erosão, como se espera de qualquer modelo de desenvolvimento capitalista. Isso se manifesta também em um outro sustentáculo do modelo fordista, a regulação dos rendimentos pelo Estado. É em um campo Keynesiano prático que o Estado atua de maneira reguladora frente ao fordismo. Isso se dá já que as obrigações reguladoras do Estado expressam, em última análise, a “capacidade de manobra sobre a demanda social efetiva e a liquidez monetária” (Lipietz, 1988), sendo assim, a esteira para a intervenção através das conhecidas políticas keynesianas. A erosão da regulação dos rendimentos tem origem no movimento de internacionalização dos mercados e dos processos produtivos. Para Lipietz (1988), a regulação dos rendimentos por parte do Estado e o paradigma industrial foram os dois pilares do regime fordista de acumulação e, também, foram os pilares da crise que encaminhou o fordismo para a sua destruição definitiva.

Dessa forma, o olhar que se lança sobre a crise do fordismo deve enxergá-la sobre um panorama mais amplo, panorama esse que compreenda que a ruína do modelo é resultado das crises do modo de regulação e do regime de acumulação. É nesse sentido que a crise se manifesta como um período de transição de um modelo de desenvolvimento já esgotado para um outro modelo que cumpra a função de substituir o modelo anterior. Boyer

(1990) assinala a importância do regime de acumulação para a estabilidade do capitalismo, já que funciona, mesmo que não seja o objetivo primeiro, como ferramenta que ajuda a superar as contradições do sistema ao longo do tempo. Ele diz:

(...) conjunto de regularidades que asseguram uma progressão geral e relativamente coerente da acumulação do capital, ou seja, que permitem absorver ou repartir no tempo as distorções e desequilíbrios que surgem permanentemente ao longo do próprio processo (BOYER, 1990, p. 70-71).

O modo de regulação seria, para Boyer, o *modus operandi* do comportamento do indivíduo ou do coletivo, cumprindo funções específicas e direcionadas a manutenção do modelo de desenvolvimento em questão:

(...) todo conjunto de procedimentos e de comportamentos individuais ou coletivos, com a tripla propriedade de:

- reproduzir as relações sociais fundamentais através da conjunção de formas institucionais historicamente determinadas;
- sustentar e “dirigir” o regime de acumulação em vigor;
- garantir a compatibilidade de um conjunto de decisões descentralizadas, sem que seja necessária a interiorização dos princípios de ajustamento do sistema como um todo por parte dos atores econômicos (BOYER, 1990, p. 80).

É nesse campo analítico que Lipietz (1984, p. 32-33) vai apontar dois aspectos fundamentais para o entendimento da crise do fordismo, colocando de um lado a decomposição do regime de acumulação - da ordem macroeconômica -, que consiste na mutabilidade em vigência da composição orgânica do capital, retração dos ganhos de produtividade e “internacionalização crescente da economia” (Matsuhima, 2015), e coloca de outro lado as constantes e incisivas divergências entre os agentes socioeconômicos – da ordem da regulação. As divergências se davam, principalmente, entre trabalhadores e sindicatos. Os sindicatos cumpriam a função de agentes dispostos a enraizar os ganhos do Estado de Bem-Estar Social, através, principalmente, de uma automatização sistemática dos aumentos salariais. O movimento gerado pelos trabalhadores, por sua vez, se demonstrava conflitante já que emergia uma posição de objeção cada vez mais forte sobre as formas

alienantes do paradigma industrial do modelo de desenvolvimento fordista. O aumento da automatização da produção e da proporção produtiva foram as respostas dadas pelos empresários no sentido de conter as tendências que se apresentavam.

Nesse sentido, Lipietz confronta uma outra perspectiva da escola da regulação a respeito da crise do fordismo. Aglietta, autor cujos trabalhos serviram de base para a estruturação da escola da regulação, parte de uma análise desproporcionalista acerca das crises. Para o autor, a crise do fordismo tem sua gênese na retração do crescimento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, da mais valia relativa. Nessa interpretação da “crise da produção de massa”, que Lipietz (1988) aponta enquanto uma qualificação vaga do fordismo, a retração do nível de crescimento da produtividade do trabalho e da mais valia relativa se expressam na estagnação dos mercados que ocorre por conta da pressão da concorrência internacional e da volatilidade da estrutura da demanda. A análise de Aglietta então aponta que essas retrações culminam em uma desproporcionalidade do crescimento dos setores da economia, tendo como sintoma o crescimento desbalanceado do setor I, o que resulta em uma crise de subconsumo.

Sobre a conclusão de Aglietta, Lipietz vai afirmar que “a realidade é mais complexa”. A formulação de Lipietz (1988) para a crise do fordismo parte de um esgotamento do paradigma industrial do modelo de desenvolvimento. Observa-se então uma “desaceleração da produtividade e um crescimento da relação capital/produto”. Em última análise, esse movimento vai culminar em uma deformação da composição orgânica do capital.

O movimento que segue a retração da taxa de lucro vai culminar em uma “crise do emprego”, já que se observa uma retração dos investimentos por parte dos empresários – via internacionalização da produção. A crise do Estado de Bem-Estar Social desse momento deve ser entendida não somente pelo resultado no âmbito do emprego gerado pelo movimento do empresariado, mas também pelo resultado dos movimentos de generalização das políticas de austeridade por parte do Estado. Como resultado dos movimentos citados se observa então um período de estagflação. A alta dos salários no primeiro momento da crise, momento onde os sindicatos ainda conseguiram atuar para postergar o choque do desemprego, culmina em um aumento dos custos das empresas que, sistematicamente, é

repassado para os preços, assim, gerando pressão inflacionária seguida da repressão da demanda, assim, culminando no ápice da crise.

O segundo momento já se dá em um ambiente onde as reformas estruturais eram necessidade do capital para retomada dos lucros. Sendo assim, se instalam então as reformas trabalhistas e a abertura comercial. Seguindo a ideia da taxa natural de desemprego, o objetivo dessas reformas era conseguir trazer o desemprego para um certo nível necessário para o controle inflacionário. O desemprego de fato se acentua, o que diminui os salários e, conseqüentemente, os preços, já que os custos das empresas também caem. Sendo assim, o objetivo do controle inflacionário é atendido, porém é atendido ainda em um ambiente de demanda retraída uma vez que os salários caem, sendo então essa retomada pós controle inflacionário uma retomada sem crescimento.

O panorama que se desenha é então de transição de um modelo de desenvolvimento em crise para um novo modelo de desenvolvimento que seja coeso com as necessidades do capital. Ora, é então da entidade incontrolável e que depende de uma constante expansão e valorização, a responsabilidade de encontrar alternativas para a manutenção e reestruturação de um modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades de realização do capital. Nesse sentido, a escola da regulação se posiciona e afirma que as crises sistêmicas e endêmicas do capitalismo nunca vão ter as mesmas soluções para lugares diferentes. É de uma característica estratégica de manutenção e perpetuação do capital que isso se manifesta. Em outras palavras, é como disse Osório:

Em situações históricas específicas, ainda que o capital assuma essas formas por ramos e/ou setores produtivos diferenciados, não se deve perder de vista que são alguns setores e ramos que atraem os maiores e mais importantes investimentos à medida que se constituem em eixos da acumulação e da reprodução do capital. Isso significa que, considerando o tempo histórico, o capital não privilegia sempre os mesmos setores ou ramos como motores de seu processo de valorização. (OSÓRIO, 2012, p. 41-42).

O momento de recuperação inflacionária então, como foi dito, se dá em um ambiente de demanda retraída. O principal efeito dessa combinação se manifesta na acumulação do capital. O regime de acumulação do capital passa então por uma ruptura,

mas que nunca significou em uma pausa do processo de acumulação. Dessa forma, o grande problema resultante da crise dos anos 70 foi um problema relacionado aos limites de acumulação do capital, assim como para outros autores – Gerard Dúmenil, Dominique Levy –, a financeirização teve um papel preponderante na retomada estrutural do capitalismo pós crise do fordismo.

A financeirização se apresenta de fato enquanto uma resposta aos limites do regime de acumulação decomposto no período da crise, porém, nesse trabalho, partiremos de uma outra resposta também apresentada pela escola da regulação, o aumento da demanda estatal. Nesse sentido, essa resposta, mesmo que em um âmbito econômico diferente, atende a mesma função: criar meios de escoamento para todo capital acumulado para que o mesmo continue se reproduzindo e valorizando. O aumento da demanda se deu de diferentes formas e através de diferentes ferramentas, neste trabalho nos atentaremos para uma dessas ferramentas: o complexo militar-industrial. Não se trata do instrumento mais importante ou de maior expressão, mas sim do “instrumento disposto e capaz de romper o nó górdio de como combinar a máxima expansão possível com a taxa de utilização mínima” (Mészáros, 2002). É por conta das características autodestrutivas e auto expansivas desse setor que o mesmo atendeu tão bem as necessidades do capital.

E é no sentido de buscar entender as individualidades nefastas do sistema capitalista e seus escapes para o melhor entendimento da realidade, que partiremos da análise do problema apresentado originalmente pelo filósofo húngaro István Mezaros do complexo militar- industrial na próxima seção deste trabalho.

Sobre o funcionamento e os problemas do complexo militar-industrial

O complexo militar-industrial se apresenta ao capitalismo de maneira a resolver as contradições inerentes ao sistema capitalista. No caso aqui estudado, da crise dos anos 1970, o complexo militar-industrial se manifestou como ferramenta capaz de promover a manutenção do modo de acumulação do capital. O uso da produção militarista no sentido de preservar e gerar suporte as necessidades de realização do capital, porém, não é exclusividade da crise dos anos 1970. Esse tipo de produção já havia se manifestado ao capitalismo enquanto parte da tentativa de solução do problema da superprodução de capital

assim como Rosa Luxemburgo (1984) já havia observado.

Não é à toa que o capitalismo encontra na produção militarista a resolução de algumas de suas contradições. O caráter “emancipador” do complexo militar-industrial se dá na esfera da realização e valorização do capital, já que o que se apresenta enquanto grande inovação é a capacidade que tem de “obliterar efetivamente na prática a distinção literalmente vital entre consumo e destruição” (MÉSZÁROS, 2002). Assim, não verifica limites tanto para sua produção quanto para a capacidade de valorização e realização do capital. Em outras palavras, é nesse sentido que o complexo apresenta suas características *autoexpansiva* e ilimitada, pois se desgarra das rédeas que domam a relação entre produção e consumo e “remove com sucesso as restrições tradicionais do círculo de consumo definido pelas limitações do apetite dos consumidores”. A produção militarista consegue então, nesse sentido, resolver a contradição inerente ao valor que precisa se autovalorizar constantemente para garantir a sua realização no sistema capitalista, porém, encontra barreiras objetivas, que em última instância, se manifesta em barreiras para a acumulação. Nesse sentido, Mészáros (2015) aponta:

Esse sistema, em todas as suas formas capitalistas ou pós-capitalistas tem (e deve ter) sua expansão orientada e dirigida pela acumulação. [...] mais exatamente, é a expansão do capital como um fim em si, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem constantemente afirmar seu poder como um modo de reprodução ampliado. (MÉSZÁROS, 2015, p.7-15)

O funcionamento do complexo industrial-militar e a capacidade de cumprir sua função emancipadora ao modo de acumulação capitalista se dá, pois, consegue ser bem-sucedido e uma tarefa que o capital, com sentido, e, entendendo sua lógica incontrolável e *autoexpansiva*, deverá sempre realizar: a condenação de toda e quaisquer restrições que surgem das “limitações práticas dos apetites dos consumidores” (MÉSZÁROS, 2002). Esse caráter da produção militarista é tão real quanto funcional já que, como já foi dito, consegue reprimir o nível de utilização a zero. Em termos práticos, a concorrência bélica entre nações pode, e normalmente é o que acontece, se dá em termos apenas de posses. O que está sendo

dito é que o volume de artefatos bélicos é tão importante, ou mais, que a capacidade potencial desses armamentos. Nesse sentido, a produção não encontra limites, já que, por conta de emergir sobre seus compradores uma característica que garante um nível de utilização mínimo, pode então exercer sua função *autoexpansiva* e ilimitada, assim, desdobrando as “potencialidades produtivas do capital” (2002), e dessa forma, “evita-se a questão do *uso real*, e o mero ato da *transação comercial* se torna o único critério relevante do ‘consumo’, fundindo desse modo caracteristicamente os conceitos de *uso* e *troca*” (2002).

Então, a completude do circuito da reprodução ampliada do capital não precisa passar nem sequer por um consumo real e passa apenas pela simples troca de mercadoria por dinheiro, já que, o dinheiro que circula nessa relação será reinvestido e, então, realizando o objetivo do capital que, em última instância, será da garantia da realização da mais-valia que, por conta dos aspectos citados, aqui, pode ser produzida sem limites. Mézáros aponta:

[...] as mercadorias podem agora ser amontoadas sem qualquer dificuldade de justificação, uma vez que o próprio ato de compra pode, em princípio, “consumir” uma quantidade ilimitada de bens (sem realmente consumir absolutamente nada), tendo em vista o fato de não estar ligado aos apetites necessariamente limitados dos seres humanos reais. (MÉSZÁROS, I. Para Além do Capital, p. 689, 2002)

O que se apresenta então é uma produção que expressa a manifestação do divórcio do capital frente as reais necessidades da sociedade. As crises sistêmicas que se apresentam na história do desenvolvimento do capitalismo que, com efeito, devem continuar se apresentando, emergem necessidades de mudanças e manutenções estruturais, porém, que partem do capital enquanto ser social e não da sociedade. O complexo militar-industrial se apresentou enquanto uma dessas ferramentas de manutenção.

Como resultado da crise, não se encontravam meios de escoamento para o capital acumulado e para seu emprego produtivo, como é necessidade intrínseca do sistema capitalista por conta de sua lógica *autoexpansiva* e incontrolável. O aumento da demanda estatal aparece então como resposta a esse problema de acumulação e encontra na produção militarista o meio adequado de fazê-lo. O divórcio da natureza desse tipo de produção com

as necessidades humanas se manifesta na constante utilização dos recursos limitados da natureza. Mészáros (2002) vai apontar que “uma porção importante dos recursos disponíveis é abertamente alocada à produção do desperdício, igualizando a produção dos meios de destruição à produção e ponto final”. Nesse sentido, Osório (2012) vai dizer que “uma economia que sustenta sua valorização em produtos bélicos estimulará a geração de conflitos e de guerras para criar mercado para seus produtos. O que se apresenta então não é apenas a alocação de recursos presentes na natureza, mas de fato a destruição da mesma, já que a produção para qual serve a alocação desses recursos não atende a necessidades reais de consumo da sociedade, e ainda, a execução das potencialidades de tais bens culminam no esgotamento destrutivo da natureza como se apresenta.

Sobre as inovações do complexo militar-industrial, e que com efeito são necessárias para que esse cumpra sua função, Mészáros (2002) vai dizer que “a oferta em questão (não importa quão perdulária, perigosa, indesejável e destrutiva) é forçosamente imposta à sociedade por critérios legais inquestionáveis e se torna a suprema ‘demanda da Nação’”.

De caráter incontrolável, destrutivo e completamente descolado das necessidades humanas, o complexo militar-industrial se apresenta então enquanto extremamente problemático a sociedade no sentido que cumpre as necessidades do capital. Dessa forma, é necessário então que se pense em uma alternativa de controle a esse tipo de produção já que se apresenta enquanto um grande amontoado de problemas. Entendendo o complexo militar- industrial enquanto uma grande corporação, o controle desse complexo passa necessariamente por uma tentativa de controle das corporações no sistema capitalista. Na próxima seção desse trabalho serão discutidas, então, as alternativas e possibilidades de conseguir garantir um controle desse complexo.

Tentativas de controle do complexo militar industrial: o problema da incontrolabilidade; formas para sua superação.

Como conseguimos ver, o complexo militar-industrial, atende a algumas especificidades de acumulação do sistema capitalista, portanto, por ser uma alternativa extremamente destrutiva que vai completamente contra a lógica de reprodução da vida

humana, é necessário ser pensado aqui (já que as causas já foram abordadas), algumas maneiras de superação ao problema.

Assim como empresas do ramo de alimentos, fármacos, mídia, etc. o complexo militar também se enquadra como uma grande corporação, já que, existe um conglomerado de empresas que dominam o mercado e estão presentes na distribuição bélica ao longo de todo o globo (como as empresas: Lockheed Martin, Bae Systems e a Boeing). Portanto, à alternativa para superação, necessariamente passaria por uma tentativa de regulação ou controle (indiferente a quais métodos forem utilizados), porém, para isso, é preciso ter em mente uma característica de suma importância do capital: a sua incontrolabilidade (aqui expressa como incontrolabilidade das grandes corporações).

As corporações hoje estão presentes basicamente em todos os campos da esfera social basicamente sem exceções, portanto, ao se pensar em algo como controle é necessário levar em conta que uma gigantesca parcela da população mundial é atendida pela produção contínua e cada vez maior vinda dessas corporações e em todas as áreas de circulação de capital, logo, é simples perceber que dentro do sistema capitalista, após seu longo processo histórico de acumulação (passando pela livre concorrência, formação de trustes e cartéis que construíram gigantescos monopólios e culminaram em corporações totalizadoras) essas “entidades” que “regem” nossa vida cotidiana, são nada mais que um mero resultado da lógica de autoexpansão do capital, visto que a sua dinâmica apenas tende ao crescimento constante indiferente ao estado em que a economia se encontra. Sobre esse fato, Medeiros:

É preciso recordar por um momento que essas corporações são a forma manifesta do capital (concentrado e centralizado), que nada mais é do que riqueza social (sob propriedade particular) dotada de um mecanismo imanente de autoexpansão contínua. (MEDEIROS, 2012, p. 58)

Com isso, para pensar em algo para solucionar o problema, necessariamente ocorreria uma destruição de todas as relações anteriormente estabelecidas de distribuição de renda, organização industrial (voltada à produção), “regulação” financeira e incluindo políticas econômicas. Algo que seria impossível com a tentativa de conciliação com o

grande capital, já que é notório que uma doença totalmente alastrada pelo corpo é absolutamente mais complicada de tratar que a mesma em seu estado inicial.

A doença da sociedade é o capitalismo e o seu vetor é sua lógica de expansão e os sintomas manifestos são corporações totalizadoras que estão presentes em tudo regendo as condições de reprodução da vida humana. Portanto, possibilidade de regulação ou controle, tornam-se questões de extrema delicadeza e cada vez mais distantes, visto que foram feitas tentativas - nenhuma bem-sucedida como será demonstrado adiante -, e que possivelmente (talvez unicamente), estejam contidas dentro de formas sociais estritamente anticapitalistas. Todos os fatores estão diretamente relacionados com a característica incontrolável do capital, que foge da esfera de controle humano, totalizando e aglutinando todas as formas existentes do viver em sociedade. Sobre isso Mezsaros:

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. (MEZSAROS, 2002, p. 96).

Com esta ideia, é totalmente cabível que as corporações tenham total autonomia para exercer qualquer tipo de atividade, não importa o seu grau de destruição gerado ao longo do processo, já que é necessário que as empresas, indústrias, corporações e até mesmo os Estados se sujeitem a lógica de acumulação e expansão do capital. Para Medeiros:

Atitudes social e ecologicamente hostis de grandes corporações como o

Wal-Mart são tão frequentes hoje em dia que se cunhou, inclusive, uma expressão para designá-las: “crimes corporativos”. Há, também, uma linha editorial e uma filmografia especializadas em denúncias, sempre cuidadosas e bem fundamentadas, embora, por vezes, defensivamente não conclusivas, desses alegados crimes, que incluem desde superexploração do trabalho, inclusive infantil, desmatamento, desrespeito às legislações trabalhista e ambiental até possíveis assassinatos em massa. São, portanto, numerosas e variadas as denúncias contra gigantes mundiais como a Monsanto, a Nike, a Shell, o McDonalds, a Microsoft, dentre outras corporações, usualmente ignoradas nos bem-acabados “relatórios de sustentabilidade” que as empresas publicam anualmente. (MEDEIROS, 2012, p. 57).

Logo, é possível entender a incontrolabilidade relacionando-a com o processo de expansão e acumulação capitalista, ao elevar o nível de abstração é possível identificar, no âmago do processo de acumulação, que todos os trabalhadores e produtores estão impelidos a reproduzir sua lógica, a partir do momento em que a produção deixa de visar os valores de uso e passa a buscar os valores de troca, com estes em vista, é simples compreender que quanto mais for produzido, mais poderá ser trocado e, portanto, mais se pode alimentar esse ciclo.

Pressupondo-se que todos os produtores individuais realizem igual parcela à riqueza total produzida da sociedade o mecanismo lógico nos leva a ideia de que: se todos os outros mantêm constantes a sua quantidade produzida enquanto um eleva a sua produção, este adquira maior parte dessa riqueza geral e todos os outros perdem parcela relativa ao aumento

realizado (já que por pressuposto, a troca realizada apenas pode ser feita entre equivalentes, já que estes absorvem mesma parcela de riqueza), portanto, tendo piora absoluta na reprodução das suas condições (de sobrevivência, reposição de capital para novas produções) então, todo produtor é por obrigatoriedade levado a aumentar sua produção e fazer com que a economia seja sempre de crescimento constante e desenfreado (mesmo que ajam momento de baixas cíclicas onde o capital deve se adequar aos momentos de baixo crescimento). Sobre este fato Duayer:

Cada produtor tem de perseguir o máximo da riqueza dos demais que pode recolher pela troca. Em consequência, como sempre têm o máximo de

riqueza como objetivo, e não só por luxúria, mas também por necessidade, todos os produtores, nestas circunstâncias, são compelidos a produzir (trabalhar) sempre mais para, ao contribuírem no máximo de suas forças para a riqueza social, terem acesso ao máximo da riqueza produzida pelos outros. E quando se afirma que cada produtor imerso nas relações de troca generalizada deseja e necessita produzir o máximo, é porque, por participar de uma divisão social do trabalho, cada produtor precisa do produto dos demais, e não só para sobreviver (isto é, de meios de subsistência), mas também para sempre poder repor as condições materiais de sua própria produção (isto é, de meios de produção). Em virtude disso, o acesso ao máximo de riqueza passa a ser condição da reprodução de cada produtor. (DUAYER E MEDEIROS, 2008, p. 154).

A essa altura, a ideia de controle parece meramente abstrata, porém, durante um determinado período histórico, parecia que o capitalismo estava sobre “rédeas” do Estado e a ideia de que a socialdemocracia seria plenamente capaz de controlar as formas de expansão do capital rumando para o que se poderia chamar de um melhor sistema para o desenvolvimento e reprodução da vida humana.

Então, aqui começa a análise desse período compreendido entre 1945 e anos de 1973, (anos dourados do capitalismo, bem-estar social, crise do padrão ouro) onde foram notadas de fato conquistas históricas jamais antes vistas pela classe trabalhadora frente ao grande capital, que demonstrava “recuar” e atender a todas as demandas e exigências trabalhistas, dentre elas, aumento de salários reais, diminuição na jornada de trabalho, barganha salarial de acordo com o aumento de produtividade, desemprego a níveis quase insignificantes – estas fortalecidas por uma consolidação de fortes sindicatos, que puderam barganhar com os grandes capitalistas melhores condições de sua dominação –, ou seja, parecia o capital ou o capitalismo ou simplesmente a sua forma de acumulação, estar se afrouxando em direção a ganhos realmente relevantes de uma apropriação de parcela da riqueza total pela classe mais “fraca” ou em direção a um sistema de “regulação consciente” (aqui sendo lembrado que certamente esses ganhos trabalhistas e bem-estar social estavam apenas direcionados aos países centrais e aos seus “alvos” de interesse, que mesmo que todos os continentes apresentassem relativa taxa de crescimento, fica claro que apenas os países centrais poderiam desfrutar de fato desse estado de bem-estar).

Porém, notadamente, com o caminhar do tempo, fora visto que não seria de fato possível controlar o grande capital, ideia confirmada com a crise dos anos 70 e o fim do

fordismo, onde, na medida em que os detentores do capital passaram a ter suas taxas de lucro corroídas e estarem vivenciando pela primeira vez da história um momento de estagnação econômica com aceleração inflacionaria (estagflação) tiveram de tomar diversas medidas para construir novas maneiras de alocar capital, ou seja, no primeiro momento que a acumulação do capital entra em confronto com os ganhos trabalhistas adquiridos ao longo de basicamente meio século de luta, são destruídos em um piscar de olhos, por sua necessidade de retomar crescimento e taxa de lucro, e com isso, percebe-se que ao primeiro passo que a acumulação de capital passou a ser prejudicada pelo estado de bem-estar, respondeu de maneira violenta aos benefícios adquiridos no período.

A retomada do processo de acumulação do capital- aqui expresso pela lei geral de acumulação- acabou por se verificar exatamente da maneira que é: destruindo a qualidade de vida e de reprodução de uma população como um todo. E dessa maneira, verifica-se o conceito de incontrolabilidade do capital (expresso nas corporações). Portanto, visto que não é possível nenhuma forma de controle e ou regulação, é preciso analisar de que maneira o problema pode caminhar a alguma solução, visto que o caráter das grandes corporações é estritamente nocivo e destrutivo de maneira que mesmo que hajam ganhos absurdos de produtividade, a humanidade jamais será emancipada da forma de dominação imposta pela capital.

Considerações finais

Foi possível observar, de acordo com as características apresentadas do capital, que sua lógica de reestruturação, acumulação, expansão e reprodução tornaram-se algo externo e fora do controle da humanidade que nada tem a fazer a não ser reproduzir sua lógica expansiva, portanto, permitir que as corporações (nesse caso o complexo) possam continuar a atuar de maneira “abusiva” a reprodução da vida humana, já que apenas tem a intenção de adquirir mais lucros, mesmo que tenha que destruir tudo ao seu redor. Com isso Medeiros:

“Apesar da coqueluche a respeito da “responsabilidade social”, da “sustentabilidade”, da “governança ética”, etc., não há quem consiga

impor às corporações um novo padrão geral de atuação, razão pela qual muitos críticos, “radicais” ou não, vêm qualificando a “responsabilidade social” corporativa ora como uma contradição em termos, ora como mais uma prática gerencial cujo propósito é o mesmo de qualquer outra: auferir lucros.” (MEDEIROS, 2012, p. 70.)

Portanto, tudo indica que estamos em um beco sem saída e que não há nada que se possa ser feito, de fato, esta é a realidade, porém, apenas dentro do modo de produção capitalista. Já foi mencionado, que qualquer alternativa de controle e ou regulação, apenas podem ser encontrados em sociedades estritamente anticapitalistas, contudo, não cabe a nós aqui dizer qual seria essa nova forma de sociedade, muito menos como chegar até ela, aqui o intuito é demonstrar que é necessário fazer uma análise crítica radical a nossa sociedade atual e que, a sociedade futura não tem forma, pois não se pode saber e muito menos é o propósito que se faça uma objetivação de uma nova sociedade, mas sim uma tentativa de mudança, crítica e rejeição radical da realidade que vivemos, já que um futuro melhor só pode ser buscado com total consciência dos problemas e limites hoje impostos, que a estrutura da nossa sociedade (totalizante) apenas pretende atender a lógica de reprodução e acumulação do capital, e que portanto, sacrifícios humanos tenderam a continuar ocorrendo, visto que o propósito não é reproduzir melhores condições de vida, mas sim manter um processo contínuo de ganhos de capital. Para Medeiros:

O fato é que esse entendimento truncado da realidade social veicula a seguinte leitura do funcionamento da “economia global”: persiste um padrão de acumulação “socialmente irresponsável”, que, como padrão de acumulação, não tem exatamente sujeito; para dar conta dessa “irresponsabilidade social”, conclamam-se como sujeitos as corporações (que, em si, para repetir, não são sujeitos) a serem socialmente responsáveis. (MEDEIROS, 2012, p. 73).

E enquanto essa estrutura não for rompida, nada poderá ser feito e as mazelas humanas, o aumento das já gigantescas corporações e a criação de novas formas de dominação do capital permaneceram se perpetuando *ad infinitum*.

Referências Bibliográficas

BOCCHI, J. I. Crises capitalistas e a escola francesa da regulação. In: Pesquisa & debate,

São Paulo, v. 11, n. 1(17), p. 26-48, 2000.

BOYER, R. *A Teoria da Regulação*. São Paulo: Editora Nobel, p. 192, 1990.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*, 1996. Artigo disponível em:
<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/1505/1147>
[Acesso em 12/07/2017.](#)

DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo. *Marx, estranhamento e emancipação*. O Caráter Subordinado da Categoria da Exploração na Análise Marxiana da Sociedade do Capital. Unicamp, disponível em https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/marx-estranhamento-e-emancipacao.pdf

LIPIETZ, A. O pós-fordismo e seu espaço. In: Espaço & debates, São Paulo, n. 25, p. 12-29, 1988.

LUCE, M. OSÓRIO, J. FERREIRA, C. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo, Boitempo, p. 144, 2012.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 1. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 1. São Paulo, Boitempo, 2013.

MATUSHIMA, M. K. *A crise do fordismo e a reestruturação da indústria brasileira nos anos 1990: uma análise a partir da teoria da regulação*, Minas Gerais, 2015.

MEDEIROS, João Leonardo. "Quem pode com as corporações?: sobre o caráter incontrolável do grande capital" In: Ensaios *FEE*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 51-79, maio 2012.

MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. São Paulo: Editora Boitempo, p. 1096,

2002. MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do Capital. *OUTUBRO*, edição 4, p. 7-15, 2015.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: Contribuições da teoria marxista da dependência, *BOITEMPO*, São Paulo, p. 144, 2012.